



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

Ata da Reunião do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil.

O Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil reuniu-se nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1996, na Cidade de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com a presença do Exmo. Sr. Ministro Fontes de Alencar, do Superior Tribunal de Justiça, dos Desembargadores José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva, e José Eduardo Grandi Ribeiro e Robério Nunes dos Anjos, membros da Comissão, bem como dos Presidentes de Tribunais de Justiça dos seguintes Estados: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul. A solene abertura se realizou no dia 12, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, onde se fizeram presentes, dentre outras autoridades, os Exmos. Srs. José Carlos Machado, Vice-Governador no exercício da Governadoria e o Deputado. Venâncio Fonseca, Presidente da Assembléia Legislativa. Usando da palavra a Exma. Sra. Desembargadora. Clara Leite Rezende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe que saudou os presentes e declarou abertos os trabalhos, e o Desembargador José Fernandes Filho, Presidente da Comissão Executiva, que abordou o tema do angustiante momento da Justiça Brasileira. No dia 13, o Presidente da Comissão procedeu a longa e aprofundada exposição sobre o conteúdo e o andamento no Congresso Nacional das Propostas de Reforma Constitucional referentes à Previdência, ao Estado e ao Poder Judiciário, destacando todos os pontos que interessam à magistratura e a própria Justiça, como instituição. Em seguida, os participantes discutiram amplamente os problemas atinentes à execução das decisões dos Juizados Especiais Cíveis, buscando aprimorar-se esta fase processual e, principalmente, agilizá-la racionalmente. O Desembargador José Fernandes comunicou que os Tribunais de Justiça dos Estados de Mato Grosso e Amapá lhe conferiram suas respectivas Medalhas do Mérito Judiciário, comendas que recebia em nome do Colégio de Presidentes. O Colégio aprovou, à unanimidade, moção de autoria do Desembargador Souto Maior pelo pronto restabelecimento do Desembargador Antônio Almeida, ex-Presidente do Tribunal de Justiça do Piauí, recentemente acometido de infarto. O Desembargador José Fernandes justificou as ausências dos Desembargadores José Agnaldo, de Alagoas, e Marco Antonio Cândia, do Mato Grosso do Sul, bem como do Desembargador Antônio Felix Gonçalves, de Tocantins. O Desembargador Cláudio Nunes apresentou proposta para que o Colégio formule a sugestão de incluir-se na Reforma do Poder Judiciário a competência dos Tribunais de Justiça dos Estados para julgar os Governadores, tendo sido recusada. Decidiu-se adiar para o Encontro de Amapá o estudo sobre recrutamento de juízes, designando-se o Desembargador Waldemir Oliveira Lins como relator da matéria, a quem devem ser encaminhadas previamente as sugestões dos Tribunais, bem como suas experiências. Constituiu-se uma Comissão composta dos Desembargadores Adroaldo Fabrício, Cláudio Nunes e José Maria de Melo para



COLÉGIO PERMANENTE DE PRESIDENTES DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA

COMISSÃO EXECUTIVA - Av. Afonso Pena, 1420 - 3º andar - CEP: 30.130-005

Belo Horizonte - Minas Gerais - *email: colpres@tjmg.gov.br*

Telefone: (0**31) 3237-6509 / 3237-6420 – Fax: (0**31) 3237.6811 / 3237.6276

apresentarem uma proposta de natureza legislativa sobre a execução das decisões dos Juizados Especiais de natureza cível. Fixou-se o temário para o Encontro do Amapá nos dias 20 a 22 de fevereiro de 1997: recrutamento de juízes, reformas constitucionais e Juizados Especiais, execução e outros aspectos da Lei nº 9.099/95. Em nome de todo o Colégio, o Desembargador Adroaldo Fabrício saudou os colegas cujo mandato de Presidente do Tribunal se encerra antes da reunião em Macapá, os Desembargadores Jersey Pacheco Nunes, José Agnaldo de Souza Araújo, Homero Sabino de Freitas, Marco Antonio Cândia, Antonio Elias de Queiroga, Cláudio Nunes do Nascimento, José Lisboa da Gama Malcher, Ivan Meira Lima, Clara Leite de Rezende e Antonio Felix Gonçalves e seus respectivos consortes. O Ministro Fontes de Alencar manifestou os seus agradecimentos ao convite para participar da reunião, reafirmando sua admiração pelo Colégio e o testemunho que levará sobre a importância deste Colegiado. Os Desembargadores Cláudio Nascimento e Clara Leite de Rezende se despediram do Colégio e agradeceram a todos pela manifestação contida nas palavras do Desembargador Adroaldo Fabrício. O Colégio aprovou a “Carta de Aracaju”. Estiveram presentes à reunião também os Desembargadores Licínio Stefani e Paulo Lessa, do Mato Grosso. Nada mais havendo, após o encerramento dos trabalhos, lavrei a presente ata, que vai devidamente assinada. Eu, Robério Nunes dos Anjos, Secretário ad-hoc.

Seguem assinaturas.